

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SUL-SUL SOBRE O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NUMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA E PACÍFICA

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ANGOLA E FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT

Luanda 9-11 de Outubro de 2002

ANGOLA: DE UMA ECONOMIA DE GUERRA A UMA ECONOMIA DE PAZ

Alves da Rocha

É sempre difícil elaborar um exercício tendente a analisar os dividendos da paz procedentes da finalização de um conflito armado. Até porque fica sempre a sensação de que manter a paz – apesar de socialmente mais dignificante e humanizante - exige despesas e investimentos muito maiores do que manter uma situação de guerra. Daí que falar em dividendos da paz só tenha sentido se entendidos do ponto de vista psico-social e antropológico e expressão se contabilizados em termos de vidas humanas que se não perdem por razões de maior ou menor futilidade¹.

Do que tenho a certeza é que a guerra nos fez perder imenso tempo. As hesitações existentes quanto à adesão ao protocolo de livre comércio da SADC estariam ultrapassadas – e até invertidas no sentido de termos sido o primeiro ou dos primeiros países a rubricá-lo – se a economia se não tivesse atrasado 27 anos em relação às da região e do mundo. Os únicos sectores que se desenvolveram – até pela atrofia de todos os restantes – foram os da extracção de petróleo e diamantes, os “*bancos*” financiadores da guerra².

Também fica muito claro que ao contrário de outras guerras aqui e em outros lados, a economia nacional nunca foi uma economia de guerra, bastando para esta conclusão estudar com atenção a organização económica e institucional dos países beligerantes

¹ As guerras acabam sempre por se fazerem por razões fúteis que se revelam quando os armistícios e os acordos de paz são assinados. Hoje em Angola começa talvez a ficar claro que a reconciliação já se poderia ter iniciado há muito mais tempo, tal é o clima de concórdia existente entre as partes que se envolveram no conflito armado. O reencontro de velhas amizades e o cultivo de novas são uma constante após Abril do corrente ano. Então porque se demorou tanto tempo?

Com a mesma futilidade se deve analisar o comportamento de George Bush na sua obstinação em fazer a guerra contra o Iraque. Aliás, a história das diferentes intervenções militares dos Estados Unidos por esse mundo fora está recheada de futilidades e contumácias estéreis: a criação da Al Qaeda para a luta contra a União Soviética no Afeganistão, o apoio expresso a Sadam Hussein na guerra contra o Irão, a convivência política com ditadores declarados, etc.

² A estratégia de extracção de petróleo bruto obedeceu durante estes anos de conflito armado às necessidades financeiras da guerra e aos interesses das multinacionais do crude instaladas no país. De toda a produção anualmente realizada, apenas 10% são para consumo interno e mesmo numa situação de funcionamento da economia perto do seu produto potencial – daqui a 20 anos na melhor das hipóteses – a utilização de derivados do petróleo não suplantará os 50%.

da primeira e segunda guerra mundiais e mesmo de alguns países que hoje se encontram em situação de conflito militar: autoritarismo esclarecido, disciplina, reestruturação do aparelho económico em domínios ligados às necessidades da guerra, prioridade absoluta aos bens e serviços de origem nacional, investimentos em infraestruturas directamente relacionadas com a guerra, manutenção (e em alguns casos mesmo aumento) do emprego, etc.

Angola viveu duas situações de guerra completamente distintas do ponto de vista político: uma primeira entre 1961 e 1975 com o objectivo da obtenção da independência e do reconhecimento internacional como país soberano, e uma segunda – muito mais longa – da qual se não conhecem ainda verdadeiramente as razões e os motivos nacionais e internos³. As “*economias de guerra*” que então se constituíram foram radicalmente diferentes em muitos aspectos.

ECONOMIA DE GUERRA 1961-1974

A resposta que a economia colonial encontrou para tentar opor-se à luta de libertação nacional foi a do crescimento económico e do reforço das estruturas produtivas internas.

PRODUTO INTERNO BRUTO POR SECTORES

	Taxas anuais médias de crescimento			
	1966/1970	1968/1970	1966/1973	1970/1973
Agricul,sivil,pecu.pesc	-3,4871751	5,9143417	7,1729248	23,240038
Indústria extractiva	23,59716	114,56086	16,708609	8,1173583
Indústria transformadora	13,832321	19,401661	14,114366	14,491514
Construção	12,527537	11,895456	11,254447	9,5793708
Electricidade e água	7,9952265	3,6112644	3,1472684	-2,9798459
Transportes, comunica	6,4332107	4,1479968	4,5575889	2,108075
Comércio	5,0640452	14,100104	4,4458381	3,6272169
Bancos,seguros,transacç	12,511015	10,075267	8,9788516	4,4411887
Habitação	11,966874	7,28203	14,477027	17,911651
Administração Pública	15,972053	11,360421	14,443613	12,436983
Serviços	5,2373179	9,2166288	12,627486	23,294552
TOTAL	8,1391283	12,850501	9,4946101	11,328385

Fonte: IV Plano de Fomento, Estatísticas Industriais e Agrícolas.

Nota: as taxas médias anuais de crescimento são reais, calculadas a preços constantes de 1963.

Os diferentes valores expressam, na verdade, fortes dinâmicas de crescimento de todos os sectores económicos, sendo, no entanto, de destacar a agricultura, silvicultura, pecuária e pescas, a indústria transformadora, a habitação e a construção, que foram os principais motores da alteração estrutural ocorrida entre 1965 e 1973. Especial destaque para o crescimento médio anual da indústria transformadora no período 1968/1970 com praticamente 19,5%. Naturalmente que este esforço – com base num claro modelo de substituição de importações, de reforço do mercado interno e do aproveitamento das suas sinergias em termos de intercomunicabilidade e circulação de pessoas e bens – teve como contrapartida o aumento das importações de bens intermédios e de capital e do agravamento do saldo das contas externas. A agricultura e actividades conexas só começaram a revelar uma maior capacidade de resposta aos esforços de industrialização da colónia a partir de 1970, com o projecto de extensão rural.

³ O turbilhão da guerra fria tocou-nos com particular contundência no final de década de 70 e início dos anos 80, devido à uma vez mais errada visão dos americanos sobre os problemas africanos.

O PIB, a preços de 1963, apresentou uma taxa de crescimento médio anual entre 1966 e 1973 de 9,5%, com um máximo no período 1968/1970 de 12,9%.

O quadro seguinte transcreve o conteúdo do sector produtivo interno em termos de composição estrutural do PIB.

ESTRUTURA SECTORIAL DO PIB A PREÇOS DE 1963

	1966	1967	1968	1969	1970	1973
Agricul,sivil,pecu.pesc	14,212349	13,637395	10,236982	9,8456147	9,0172581	12,232416
Indústria extractiva	6,2608194	3,4830951	2,9555591	7,0657321	10,683995	9,7859327
Indústria transformado	8,7016734	9,6437486	9,5437691	10,390225	10,683995	11,620795
Construção	2,7351414	2,8080327	3,2618625	3,2250426	3,2068864	3,058104
Electricidade e água	0,9290248	0,9473565	1,0962438	1,022921	0,9240896	0,6116208
Transportes, comunica	6,3358338	6,5917858	6,9804933	6,4595567	5,9453985	4,587156
Comércio	34,045009	34,065124	29,673814	31,412199	30,334613	24,464832
Bancos,seguros,transacç	2,8447778	2,5754482	3,503681	3,2392499	3,333474	2,7522936
Habituação	3,5833814	4,0106649	4,5569348	4,4421292	4,1183172	4,8929664
Administração Pública	8,3035199	10,908781	11,279488	11,327903	10,983586	11,314985
Serviços	12,048471	11,328568	11,537428	11,569426	10,806363	14,678899
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fontes: IV Plano de Fomento, Estatísticas Industriais da Direcção de Serviços de Estatística e Estatísticas Agrícolas da MIAA.

Notas: os valores estão expressos em percentagens.

A nota mais saliente é revertível à perda de importância relativa do comércio, cuja participação no PIB se reduziu praticamente 10 pontos percentuais entre 1966 e 1973. Os ganhos foram para a agricultura, a indústria transformadora (quase três pontos percentuais), a habitação e a Administração Pública.

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

(preços de 1963)

Taxas anuais médias de crescimento

	1966/1970	1968/1970	1966/1973	1970/1973
Agricul,sivil,pecu.pesc	1,0703252	-0,2809224	1,0703252	1,0703252
Indústria extractiva	-11,923262	-5,0547773	-11,923262	-11,923262
Indústria transformado	20,832425	4,0307693	20,832425	20,832425
Construção	8,7138472	0,4467176	8,7138472	8,7138472
Electricidade e água	30,259843	6,9645853	30,259843	30,259843
Transportes, comunica	6,7639053	-26,752734	6,7639053	6,7639053
Comércio	19,490287	5,9181995	19,490287	19,490287
Bancos,seguros,transacç	10,511549	-1,8953107	10,511549	10,511549
Habituação	9,997038	7,2084684	9,997038	9,997038
Administração Pública	12,617019	5,5774946	12,617019	12,617019
Serviços	21,763934	-4,1960108	21,763934	21,763934
TOTAL	5,2890381	-1,6341248	7,2202643	9,8504466

Fontes: as mesmas dos quadros anteriores e o relatório sectorial sobre o financiamento da economia para o IV Plano de Fomento.

A acumulação interna de capital processou-se, entre 1966 e 1973, a uma cadência média anual de 7,2%, com um máximo de crescimento médio entre 1970 e 1973 de praticamente 9,9%. Estes ritmos de crescimento não foram maiores devido à quebra de investimento no sector extractivo: embora tenham aumentado em 1967 em 51,9% e em 1969 em 64,6%, reduziram-se em 50,6% em 1970.

Os principais destaques relacionam-se com a indústria transformadora, o comércio, os serviços e a Administração Pública, com expressivas taxas de progressão dos

investimentos. Mas também o sector da habitação se perfila como um dos mais dinâmicos entre 1966 e 1973.

ESTRUTURA DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO A PREÇOS DE 1963

	1966	1967	1968	1969	1970	1973 stock capital	1966-1973
Agricul,sivil,pecu.pesc	4,6920565	3,8222242	3,7721598	3,0223446	3,9840543	3,1030642	3,6612359
Indústria extractiva	36,168786	40,993735	20,404763	32,021603	17,711126	9,1290244	25,181467
Indústria transformado	8,1680859	9,3347546	11,325365	12,540506	14,168427	18,85674	12,797276
Construção	21,620203	20,764445	22,599636	19,983056	24,573476	23,818571	22,266135
Electricidade e água	1,6388662	2,8411069	2,7458124	2,5373292	3,839309	6,401463	3,5106283
Transportes, comunica	4,3654497	3,9679777	15,010886	5,5533199	4,6152386	4,2370348	6,2891799
Comércio	2,5691123	2,275496	3,1701249	2,5225034	4,2616805	5,4849569	3,476988
Bancos,seguros,transacç	0,1720518	0,1609816	0,2110455	0,222387	0,2088129	0,2126056	0,1995482
Habitação	10,917998	8,6342673	9,2171324	10,426771	13,005719	13,057855	10,928308
Administração Pública	7,7015047	5,244953	7,5954148	8,3130361	10,079966	10,860896	8,3961787
Serviços	1,9858859	1,9600592	3,9476607	2,8571429	3,5521913	4,8377886	3,2930543
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100

Fontes: as mesmas do quadro anterior.

O sector da construção foi o de maior concentração dos investimentos, apresentando um “*stock*” de capital fixo, correspondente aos investimentos efectuados entre 1966 e 1973, de 22,3% do total, com uma constância notável em cada um dos anos do período considerado.

Os investimentos na indústria extractiva representaram em 1967 o dobro dos efectuados na construção, mas a tendência regressiva observada a partir deste ano fez com que a sua importância relativa no cômputo geral se reduzisse para 25%.

A indústria transformadora continua a ter um lugar de destaque, tendo representado o seu “*stock*” de capital praticamente 13% do total da economia, com um máximo de investimento em 1973 – cerca de 19% do total da Formação Bruta de Capital Fixo.

O predomínio da economia de subsistência e da produção para autoconsumo justifica o peso relativo dos investimentos na agricultura e actividades conexas.

Também no domínio do comércio externo, a “*economia de guerra*” do período 1961-1974 foi portadora duma dinâmica de evolução acentuada, com particular incidência sobre a alteração da estrutura das exportações e das importações, conforma, de resto, se pode constatar pelos valores insertos nos quadros seguintes.

Taxas médias de crescimento das exportações

(preços correntes)

Taxas anuais médias de crescimento

	1968/1974	1972/1974	1970/1974
Produtos do sector agro pecuário	5,9605223	11,565354	4,9374533
Produtos do sector extra-tivo	20,474074	0,4935904	4,751971
Produtos do sector transformador	20,046128	18,428743	17,801366
Total	12,333419	7,3330879	6,2565557

Fonte: Estatísticas do Comércio Externo

O comportamento das exportações pode ser apreciado do modo seguinte:

- ? no período 1968/1974 (6 anos) a maior dinâmica pertenceu aos produtos provenientes do sector extractivo, com destaque para os diamantes e o petróleo;
- ? nos outros dois períodos – 1972/1974 e 1970/1974 – são as exportações da indústria transformadora as que denotam um maior ritmo de crescimento anual, respectivamente, 18,4% e 17,8%;
- ? o período mais intenso das exportações agro-pecuárias foi 1972/1974, com uma taxa de variação média anual próxima dos 11,6%.

Quanto à estrutura das exportações, os valores constantes do quadro seguinte são suficientemente esclarecedores quanto à crescente participação dos produtos transformados (9,4% em 1968 e 14% em 1974) e perda de influência dos produtos agro-pecuários: estava-se num processo de industrialização interna e de constituição das relações inter-sectoriais necessárias ao reforço da economia.

ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES A PREÇOS CORRENTES

	1968	1969	1970	1971	1972	1974
Produtos do sector agro pecuário	63,459229	51,652802	46,990094	49,345127	41,372714	44,699787
Produtos do sector extra-tivo	27,172027	37,718914	43,772754	41,571696	47,165047	41,345643
Produtos do sector transformador	9,3687442	10,628284	9,2371518	9,0831774	11,462239	13,95457
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Estatísticas do Comércio Externo.

Quanto às importações, o panorama foi o seguinte:

	Estrutura das importações			Taxas anuais medias de crescimento		
	1969	1970	1971	1972	1969/1972	1970/1972
Consumo não duradouro	29,880804	27,000293	26,685412	21,00014	-4,8418023	-7,7653845
Consumo duradouro	12,00799	12,392045	13,284574	4,9997661	-16,514977	-25,889752

Consumo intermédio	18,957801	22,535796	21,902108	24,000561	10,242001	2,4217512
Equipamentos	30,731111	30,48411	31,387909	41,00014	11,69674	10,708247
Outras	8,4222935	7,5877561	6,739998	8,9993919	5,6657954	6,1636803
Total	100	100	100	100	3,9294739	0,2942494

Fonte: Estatísticas do Comércio Externo.

As notas mais salientes a registar são:

- ? um processo claro de substituição das importações e de reforço das estruturas produtivas internas, traduzidas pela diminuição sustentada das importações de bens de consumo duradouro e não duradouro, com uma acentuação da sua intensidade no período 1970/1972;
- ? o aparecimento duma capacidade interna de produção de alguns bens de consumo intermédio para as actividades industriais e agrícolas, manifestada pela diminuição na intensidade de crescimento das respectivas importações;
- ? uma clara concentração das importações em bens de equipamento necessários para a industrialização da colónia.

Como conclusões mais significativas da “*economia de guerra*” do período 1961-1974 são de anotar:

- ? uma intensificação no processo de construção da economia interna pela via da substituição das importações e do reforço das relações inter-sectoriais;
- ? um esforço significativo na constituição dum “*stock*” de capital necessário ao crescimento sustentado;
- ? uma intensificação do crescimento do PIB, que aliado a uma taxa de crescimento demográfico relativamente baixa, deve ter provocado uma certa melhoria no nível geral de vida, não obstante uma diversidade muito acentuada na repartição dos rendimentos;
- ? um crescimento mais rápido das despesas de investimento relativamente às despesas de consumo, com reflexo acentuado nos investimentos industriais;
- ? uma diminuição da importância relativa e absoluta dos fluxos não monetários, como consequência da intensificação do crescimento económico e da crescente integração da população nos circuitos de mercado (via extensão rural);
- ? uma acentuação da diversificação das exportações, com um peso crescente dos bens industriais e transformados;
- ? uma participação importante do Estado enquanto agente dinamizador da economia, medida pelo peso do PIB e dos investimentos públicos no total da actividade económica.

ECONOMIA DE GUERRA 1975-2002

A resposta desta economia aos desafios do conflito armado foi a total abertura ao exterior, espelhada no peso crescente da exploração do petróleo e das respectivas receitas de exportação e no aparecimento duma dependência doentia das importações. As consequências revelaram-se na desagregação da economia produtiva não petrolífera, na desarticulação sectorial, na desindustrialização progressiva da economia, na substituição da produção interna pelas importações⁴, na crise económica e social, no desemprego e na pobreza.

⁴ Processo absolutamente inverso do seguido na “*economia de guerra*” durante o período 1961-1974.

O abandono das empresas na sequência da independência explicou a intervenção gestonária do novo Estado para a qual não dispunha nem de competências, nem de vocação. A opção socialista justificou o papel fortemente interventor do Estado, castrou a formação duma iniciativa privada angolana que poderia ter tomado os destinos da economia e adiou opções estruturais fundamentais. Este modelo socialista e centralizado- desajustado no tempo e talvez mesmo das idiosincrasias da população – complementado por uma política macroeconómica que confundiu estabilidade cambial com taxas de câmbios fixas e estabilidade dos preços com preços administrativos imutáveis, respondem pelo essencial da crise económica e social que se abateu sobre o país, ainda por cima num contexto de guerra aberta.

Mário Murteira – o conhecido economista português que se tem dedicado às questões do desenvolvimento – refere:” as independências políticas das colónias portuguesas em África ocorrem num momento histórico muito particular da segunda metade do século XX, momento de grande viragem ou de crucial bifurcação do processo histórico, em que a maré revolucionária anti-sistémica aparentemente ainda é ascendente, mas na realidade o refluxo de consolidação sistémica já se tinha iniciado, tornando-se flagrante e de proporções totalmente inesperadas na década de 80”⁵. Ou seja, o sistema capitalista mundial estava a refazer-se, com grande sucesso, da pior crise por que passou depois da grande depressão de 1929/32 e o toque a finados que lhe tinha sido decretado pelos ideólogos marxistas estava adiado para melhor ocasião. Vista ainda de outra maneira, esta reflexão de Mário Murteira significa que as ex-colónias portuguesas optaram por um divórcio total do modelo económico capitalista veiculado pelo próprio sistema colonial, na presunção de que o fim da economia de mercado era para breve. Erro evidente de liderança política e de previsão histórica, uma vez que a consolidação sistémica, isto é, do capitalismo enquanto sistema mundial, tornou-se flagrante em meados da década de 70 e de proporções planetárias definitivas nos anos 80. Angola, no entanto e apesar de todos estes sinais mais do que evidentes, persistiu na linha política marxista de partido único e num sistema económico fechado, centralizado e administrativo. Nem sequer o SEF foi aproveitado como uma das grandes oportunidades históricas de viragem económica e de antecipação dos acontecimentos. Mário Murteira acrescenta: “os movimentos de libertação das colónias portuguesas surgem como sobressaltos finais duma vaga revolucionária prestes a desfazer-se na areia que protege e recupera o sistema da economia mundial, ou seja, em termos de ideologia económica eles também são tardios, à beira da grande viragem que ocorre nos anos 80. Dito de outra forma, os países em causa sofrem directa ou indirectamente as consequências duma aposta teórica e prática num modelo e num sistema que, afinal, estavam prestes do termo da sua vigência histórica”⁶.

Analisemos, no essencial e através de variáveis próximas das utilizadas para a avaliação da “*economia de guerra*” entre 1961 e 1974, o comportamento da “*economia de guerra*” 1975-2002.

	TAXAS REAIS ANUAIS DE CRESCIMENTO								
	AGSILPES	PETROLE	DIAMANT	INDÚSTRI	ENERAGU	CONSTRU	COMÉRCI	SERVNCO	GDPmp
1989	-0,72173	0,121298		0 27,23498	5,21327	0,189917	4,99914		0 1,77713
1990	-2,59184	4,077247		0 -5,24255	-12,1622	0,999483	-1,99951		0 2,805796

⁵ Mário Murteira: Economia Global e Gestão, AEDG/ISCTE, 1996.

⁶ Mário Murteira, op.cit.

1991	-14,9459	7,288624	22,85	-10,7713	3,918919	3,049742	3,500246	-3,45	1,002898
1992	-27,3	10,5	45,7	-16,3	20	5,1	9	-6,9	-0,8
1993	-46,2	-8,4	-88,2	-15,4	0	-45,1	55,9	-30,1	-21
1994	8,5	9,2	89,1	6,6	4,8	21,8	6	-8,5	8,2
1995	37,6	12	-3,2	17,5	10,5	15	7,2	1,5	12
1996	9	11,1	-11,1	8	10,6	7	3,8	0,5	7,3
1997	9,7	3,2	58,7	9,3	9,4	13	9,4	5,5	6,6
1998	5	3,5	88,5	4,9	14,3	10	5	0	5
1999	-10,1	3,5	-20	4	-6,9	10	4,7	-7,5	-0,1
2000	3	1,6	5	5,6	5	6	5	5,6	3,5
MÉDGE0	-4,73996	4,65867	-1,21385	2,194537	5,041062	2,255963	8,614811	-4,1098	1,852059

FONTES: Missão do Fundo Monetário Internacional, Fevereiro de 1994; Angola-Recent Economic Developments, IMF, September 1997; Concluding Statement of the IMF Mission to Angola, Maio 1999.

A primeira nota é devida ao comportamento do Produto Interno Bruto a preços de mercado que no período em análise cresceu, em média, apenas 1,85%, comprovando-se deste modo o fraco desempenho económico do país. Se se acrescentar que a taxa média de crescimento demográfico foi de 3,75% - de acordo com as informações do Núcleo de Estudos da População do Ministério do Planeamento - pode, então, concluir-se por um aviltamento médio das condições de vida de praticamente 2% ao ano, em termos reais (correspondente a uma depreciação acumulada de cerca de 25%).

No conjunto das actividades estruturantes, a indústria transformadora e a construção registaram as taxas de variação mais baixas do período. A agricultura, sujeita às vicissitudes da guerra e às adversidades naturais, expressou a sua dinâmica de evolução por uma taxa média negativa de 4,74% ao ano.

As actividades petrolíferas e do comércio foram as que mais cresceram, com taxas médias de 4,66% e 8,61%, respectivamente. O bom desempenho da energia e água, com uma taxa de variação média anual de 5%, não foi suficiente para que em termos relativos, este sector ocupasse uma posição proeminente na estrutura do PIB.

Em termos de estrutura sectorial do Produto Interno Bruto pode constatar-se uma degradação progressiva da economia não mineral, em contraponto evidente com a afirmação dominante da economia de enclave, que poucos benefícios trouxe ao processo de constituição duma economia nacional forte e competitiva.

ESTRUTURA SECTORIAL DO PIB

	AGSILPES	PETROLE	DIAMANT	INDÚSTRI	ENERAGU	CONSTRU	COMÉRCI	SERVNCO
1989	10,8	54,7		3,5	0,25	2,2	4,6	0
1990	10,3	55,7		3,2	0,22	2,2	4,4	0
1991	12	46,7	1,4	3,65	0,16	3,7	10,3	8,35
1992	13,7	37,7	2,8	4,1	0,1	5,2	16,2	16,7
1993	11,1	42,6	0,5	5,2	0,1	4,3	19,4	13,8

1994	6,2	58,1	1,2	6,7	0	3,2	17,1	6,2
1995	7,8	56	1,1	7,2	0	3,4	16,6	6,9
1996	7,5	59,3	0,6	6,8	0	3,2	14,8	7,1
1997	9,5	48,3	3,8	4,4	0	4,1	16,2	11,3
1998	12,3	32,9	7,3	5,7	0,1	5,5	20,7	13,9
1999	6,7	55,7	7,5	3,6	0	3,7	13,1	7,8
2000	5,3	61,7	7,9	2,9	0	3	10,6	6,3
MÉDIA	9,433333	50,78333	2,841667	4,745833	0,0775	3,641667	13,66667	8,195833

FONTES: Missão do Fundo Monetário Internacional, Fevereiro de 1994; Angola-Recent Economic Developments, IMF, September 1997; Concluding Statement of the IMF Mission to Angola, Maio 1999.

NOTA: as somas horizontais não igualam 100 porque se não consideraram outros sectores de actividade.

A economia nacional passou a ser uma economia dual, com um domínio arrasador e perverso da economia petrolífera, que respondeu, em média, por cerca de 51% do Produto Interno Bruto. Os anos de 1994, 1995, 1996, 1999 e 2000 – com uma média de 58,2% - foram os de maior carga desta economia e que corresponderam aos períodos de maior crescimento da produção de petróleo.

Uma outra economia de enclave que se prepara para assumir algum protagonismo é a diamantífera e que aparentemente está em processo de ultrapassar o período de acentuadas oscilações em que viveu até 1998. Pesa sobre esta actividade uma enormíssima contradição nas regiões do país onde se vier a instalar e desenvolver: a agricultura, camponesa ou moderna, estará condenada a desaparecer, dadas as restrições que os contratos de concessão impõem ao uso das terras para actividades não mineiras, ainda que as comunidades a elas tenham direito por tradição.

Verifica-se que em 2000 70% da actividade económica interna se orientava para as exportações, tornando-se Angola numa das economias mais abertas ao exterior do mundo. Restam 30% de actividade económica interna para gerar emprego para uma população em idade activa da ordem dos 6 milhões de habitantes (os dois sectores de enclave não devem empregar sequer 0,5%).

Os sectores estruturantes do resto da economia (agricultura, pecuária e pescas, indústria transformadora, energia e água e construção) têm uma representatividade média de tão somente 18,86%, sendo patente a crescente perda de influência ao longo da década. O sector da energia e água apresenta-se com uma influência muito exígua, registando-se anos em que a sua participação relativa foi muito próxima de zero.

Igualmente preocupante é a posição da indústria transformadora – já integrada com a produção de derivados do petróleo - com apenas uma média de 4,74% na década. Mas ainda mais inquietante é a tendência de desindustrialização, praticamente instalada desde a independência. Os anos de 1994 e 1995, embora sendo de excepção no processo de desintegração industrial do país, os valores relativos patenteados estão muito longe dos anos de ouro da indústria transformadora angolana. Uma nota curiosa – assinalada como um aviso à navegação: as melhorias verificadas em 1994 e 1995 no coeficiente de participação relativa da indústria transformadora coincidiram com um aumento importante do crédito à economia e em particular à actividade empresarial, respectivamente, 3,35% e 11,78% do Produto Interno Bruto (ambas as variáveis medidas em dólares norte americanos correntes). São, aparentemente, dois exemplos de como a política monetária pode ser usada em benefício da dinamização da economia não enclavada.

As actividades agrícolas e conexas não chegam a participar com 10% no processo de geração da riqueza anual. Com excepção do ramo das pescas as outras

mostram-se sensíveis a factores extra-económicos, como a instabilidade militar e as calamidades naturais, como as secas e as cheias.

INDICADORES DO COMÉRCIO EXTERNO

	IMT/PIB	IMM/PIB	OIM/PIB	OIM/IMT	LUDI/PIB	TRAN/PIB	EXT/PIB	EXIM/PIB	EXP/EXT
1990	48,68375	18,46262	15,09302	31,00216	3,673804	6,165906	46,83515	95,5189	90,10742
1991	48,23235	15,31204	14,50494	30,07306	3,558031	6,968285	41,3209	89,55326	89,0784
1992	60,44561	24,88422	17,58668	29,09505	4,53123	8,699462	49,96871	110,4143	89,50401
1993	66,19694	25,14178	18,93796	28,60852	6,513147	8,7558	51,86458	118,0615	93,67131
1994	87,70969	33,87698	28,49487	32,48771	8,3411	9,412861	74,10065	161,8103	91,24638
1995	80,19571	27,36253	32,39515	40,39512	7,194781	6,971109	71,7987	151,9944	91,43302
1996	91,51339	31,22265	32,36113	35,36218	8,20658	5,808722	82,72839	174,2418	88,41352
1997	81,56311	33,96991	29,33421	35,96504	7,315893	6,146501	68,76782	150,3309	88,06041
1998	89,36114	32,24376	36,77935	41,1581	5,858273	5,968367	57,37944	146,7406	83,53151
1999	125,2425	54,84212	39,81302	31,78873	11,51879	9,013935	94,12595	219,3685	84,14543
2000	114,0451	49,93899	34,7834	30,49968	13,90329	6,099756	123,766	237,8112	87,74356
MÉDIA	81,19904	31,56887	27,28034	33,3123	7,328629	7,2737	69,33239	150,5314	88,81227
TVM00/90	8,885307	10,46244	8,707525	-0,16327	14,23526	-0,10781	10,20542	9,550483	-0,26549

NOTAS: IMM-Importações de mercadorias; OIM-Outras importações (residual, não classificados); LUDI-Lucros e dividendos exportados; TRAN-Transportes; EXIM-Exportações mais importações

A abertura global da economia angolana à economia internacional estabeleceu-se a um nível médio de 150,53% durante a década de transição para a economia de mercado, devendo ser um dos valores mais elevados do mundo. Este grau de abertura variou a um ritmo médio de 9,55% ao ano, o que significa que em 11 anos a dependência do exterior foi multiplicada por 2,73. Estes elevadas cifras não são mais do que a expressão da dominação do petróleo e da economia de extracção em geral e da fraqueza da oferta interna. Neste particular é de assinalar que as importações de mercadorias representaram uma quota média de cerca de 32% do PIB durante o período em referência, com máximos justamente em 1999 (54,8%) e 2000 (49,9%), comprovando uma acentuação da deterioração do parque produtivo nacional (incapacidade acrescida de substituir as importações).

A ratio das importações totais – cerca de 82% em média – variou a uma taxa média anual de quase 9%, aconselhando a que se estude com muito maior propriedade e eficácia a questão do modelo de desenvolvimento económico nacional, no contexto do qual a estratégia de promoção e diversificação das exportações e de substituição das importações tenha um tratamento estratégico consentâneo.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO INVESTIMENTO EM ANGOLA

ANOS	IDELUSD	IDEUSD	IGKZ92	IGUSD	PIBUSD	IG/PIB	IDEL/PIB
1990	-334,5	389	171,3836	451,8814	8547	5,287018	-3,91365391
1991	664,1	1098,5	90,1844	303,4583	8797	3,449566	7,54916449
1992	288	673	86,5237	192,4032	7989	2,408351	3,60495682
1993	302	851	86,5237	188,568	5819	3,240557	5,18989517
1994	170,1	662,5	52,9126	76,97605	4292	1,793478	3,96318733

1995	472	1132	88,5204	144,7771	5365	2,698548	8,79776328
1996	180,6	818,3	205,91	126,2879	6535	1,932485	2,76358072
1997	411,7	1050,3	212,5147	402,2088	7645	5,26107	5,3852191
1998	1113,9	1474,4	248,2391	516,4838	6449	8,008743	17,2724453
1999	2471	3105	290,9548	337,8098	5669	5,958896	43,5879344
MÉDIAS	573,89	1125,4153,3667	274,0854	6710,7	4,003871	9,42004927	
TVM90/99	15,71891762	23,08672	5,4352	-2,86745	-4,02253	1,203493	26,0263025

FONTES: Balança de Pagamentos, BNA/DEE; MODANG, Ministério do Planeamento

NOTAS: IDELUSD-Investimento estrangeiro directo líquido em milhões de usd; IDEBUSD-Investimento directo estrangeiro bruto em milhões de usd; IGKZ92-Investimentos públicos em biliões de kwanzas de 92; IGUSD-Investimentos públicos convertidos em milhões de dólares; TVM90/99-Taxa de variação média anual método geométrico.

O comportamento do investimento estrangeiro líquido – especialmente o destinado à economia de enclave - tem sido robusto e positivo, enunciando-se por taxas médias de crescimento muito significativas e sustentadas.

Outro facto a assinalar refere-se ao comportamento do investimento público durante os anos 90. São observáveis várias ocorrências:

- ? desde logo, a fraca importância relativa do investimento público face ao PIB, ou seja, a taxa de investimento público tem sido em média de apenas 4%, valor que de modo nenhum poderá sustentar uma taxa de crescimento do PIB a dois dígitos;
- ? depois, a taxa média de crescimento negativa registada entre 1990 e 1999 (-2,9%). o que não deixa de ser paradoxal, atendendo, por um lado, ao estado de degradação infra-estrutural da economia e, por outro, ao facto de ser pela via dos investimentos públicos que o Estado tem de afirmar a sua intervenção na economia;
- ? depois ainda, o modesto valor médio registado de cerca de 275 milhões de dólares por ano, o que, atendendo aos orçamentos das obras públicas praticados no país, não representa uma carteira significativa de empreendimentos.

No geral e para os dados disponíveis a taxa global média de investimento registada foi de apenas 13,4%, bem aquém do que a economia nacional necessita para um crescimento sustentado e impressionante.

ECONOMIA DE PAZ 2002 - “AD AETERNUM”

Do meu ponto de vista os aspectos cruciais para sedimentar uma economia de paz são a alteração radical da influência perversa do petróleo⁷, a construção da integração económica interna, a reversão da pobreza e a reorientação das despesas orçamentais.

Comprovou-se estar-se perante uma estrutura produtiva interna efectivamente desarticulada e fraca, sendo, portanto, fundamental canalizarem-se esforços, energias e financiamentos para o reforço da economia não mineral. É essencialmente desta

⁷ Evitando que o mesmo aconteça à economia diamantífera e procurando-se resolver os conflitos de terra com as comunidades de camponeses das zonas onde esta actividade se vai intensificar. Segundo todos os ângulos de análise, incluindo o numérico, é muito mais importante a agricultura e os seus resultados estruturantes em termos económicos e sociais, do que a actividade diamantífera de simples extracção.

que depende a criação de emprego, a geração de rendimentos e a eliminação da pobreza⁸.

Naturalmente que os desafios são desmedidos, tanto foi o tempo que se perdeu na guerra, tantas são as desarticulações internas, tão grandes as necessidades financeiras.

A estrutura interna da economia nacional deve ser alterada. Este é um ponto de partida para se atingirem outros objectivos.

SECTORES ECONÓMICOS	PRODUTO INTERNO BRUTO (milhões de usd)			
	Média97/00	2002	2007	2014
Agricultura,silvicultura,pescas	719,3422	712,9708	1933,1232	3636,676
Petróleo e refinados	4313,95	4471,471	7329,7588	9741,098
Diamantes e outros	515,3182	563,335	886,0148	1298,813
Indústria transformadora	357,5677	334,4801	1127,6552	2987,27
Energia eléctrica e água	8,413359	8,802109	161,0936	779,2878
Obras públicas e construção	340,741	308,0738	886,0148	2337,863
Comércio,Bancos,Seguros,Servi	1365,067	1390,733	2335,8572	3247,033
Outros	799,2691	1012,243	1449,8424	1948,22
PIB	8413,359	8802,109	16109,36	25976,26

Trata-se de um cenário verdadeiramente voluntarista, para cuja concretização se exige:

- ? uma efectiva capacidade de direcção política e de gestão económica, muito em particular do “*trade off*” eficiência-equidade;
- ? um “pacto económico e social” de regime, entre o Estado, os trabalhadores, os empresários angolanos e a comunidade internacional;
- ? um significativo esforço de formação e de reciclagem dos trabalhadores, por imperativos de aumento da produtividade e do salário médio;
- ? uma expressiva melhoria dos sistemas de educação e saúde para se garantir uma renovação permanente do capital humano;
- ? uma programação e gestão monetária compatível com o esforço de investimento subjacente aos valores do PIB constantes do quadro e com a necessidade de geração e captação de poupanças (internas e externas).

Os esforços inerentes a este cenário de verdadeira viragem de costas ao passado recente são melhor traduzidos pelas taxas médias de crescimento:

SECTORES ECONÓMICOS	TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO EM DÓLARES CORRENTES				
	1999/2002	2002/2007	2007/2014	2002/2014	1999/2014
Agricultura,silvicultura,pescas	-0,296117	22,07804	9,44765136	14,543226	11,4084
Petróleo e refinados	1,2026273	10,38952	4,14668674	6,7037758	5,580129
Diamantes e outros	3,0141934	9,480017	5,6159181	7,2091025	6,356673

⁸ A única forma de sustentadamente de atacar o problema da pobreza é através do crescimento económico intenso e extensivo ao maior número possível de actividades, complementado com políticas públicas pró-activas de redistribuição do rendimento.

Indústria transformadora	-2,200344	27,51498	14,9324305	20,016791	15,20228
Energia eléctrica e água	1,5170773	78,85386	25,2572287	45,297875	35,24314
Obras públicas e construção	-3,303643	23,52568	14,8674234	18,398726	13,69979
Comércio,Bancos,Seguros,Servi	0,622839	10,92782	4,81762986	7,3215414	5,947042
Outros	8,192507	7,450204	4,31121711	5,6078278	6,119776
PIB	1,5170773	12,84916	7,06379155	9,4374146	7,805391

O cenário concentra o essencial dos esforços de edificação numa economia de paz na indústria transformadora, na construção e na agricultura. Como grande sector de suporte destaca-se a energia e água.

Do ponto de vista do desemprego, a aposta é a da redução significativa da sua actual taxa (40%?). A redução do desemprego proporciona a criação de rendimentos, por sua vez essenciais para o incremento do consumo e a melhoria das condições de vida da população.

ANOS	Taxa de- semprego	População (milhares)	População Activa	Acréscimo emprego	Acrés.empre acumulado	Acréscimo rendimento	Acréscimo consumo
2002	40	14000	7140				
2003	35	14392	7339,92	366,996	366,996	256897,2	231207,5
2004	30	14794,98	7545,4378	377,2719	744,267888	520987,52	468888,8
2005	27	15209,24	7756,71	232,7013	976,969189	683878,43	615490,6
2006	24	15635,09	7973,8979	239,2169	1216,18613	851330,29	766197,3
2007	22	16072,88	8197,167	163,9433	1380,12947	966090,63	869481,6
2008	20	16522,92	8426,6877	168,5338	1548,66322	2168128,5	1842909
2009	18	16985,56	8662,635	173,2527	1721,91592	2410682,3	2049080
2010	16	17461,15	8905,1888	178,1038	1900,0197	2660027,6	2261023
2011	14	17950,07	9154,534	183,0907	2083,11038	2916354,5	2478901
2012	12	18452,67	9410,861	188,2172	2271,3276	3179858,6	2702880
2013	11	18969,34	9674,3651	96,74365	2368,07125	3315299,7	2818005
2014	10	19500,48	9945,2473	99,45247	2467,52372	3454533,2	2936353

Para que a paz se efective e a guerra seja esquecida torna-se essencial criar, em 12 anos, quase 2,5 milhões de empregos, incrementar o rendimento em cerca de 3,5 biliões de dólares correntes e crescer o consumo em praticamente 3 biliões de dólares, igualmente correntes.

Quanto à pobreza – uma taxa geral 62,2% para os agregados familiares em 2000/2001 – e se atendermos aos ritmos de crescimento do PIB transcritos no quadro referente às dinâmicas de crescimento desejáveis para uma economia de paz, a sua redução traduz-se pelas cifras seguintes:

- ? em 12 anos – entre 2002 e 2014 – a taxa de pobreza reduzir-se-á de 62,2% para tão somente 40,46%;
- ? em 25 anos – ou seja até 2027 – a taxa de pobreza ter-se-á reduzido para 30,9%.

A conclusão óbvia é a de que não serão suficientes os ritmos de crescimento admitidos para que a taxa de pobreza se reduza para 15% no espaço duma geração, a meta estabelecida na última cimeira social mundial.

CONCLUSÕES

Os combates por um futuro que deveria ter começado ontem são variados e profundos.

O país foi atravessado por duas “*economias de guerra*” sequenciais, mas com lógicas de organização e funcionamento diferentes. Cada uma delas respondeu de modo específico aos desafios políticos e às opções ideológicas. Evidentemente, as consequências económicas e sociais foram, igualmente, diversas. Em síntese: resposta

- ? a resposta da “*economia de guerra*” 1961-1974 foi essencialmente endógena, do tipo “contar com as próprias forças” e teve como consequência essencial a estruturação duma economia que foi uma das mais fortes e dinâmicas de África. Há que reconhecer, sem complexos, que Angola herdou, à data da sua independência, uma das três maiores estruturas industriais da África austral;
- ? a solução encontrada pela “*economia de guerra*” 1975-2002 foi fundamentalmente exógena, deixando-se envolver nos tentáculos da economia petrolífera de enclave - a que suportou todo o esforço de guerra de uma das partes do conflito - e abrindo-se completamente ao exterior⁹. Também sem complexos deve reconhecer-se que a “paz” herda uma economia completamente enfraquecida, desarticulada e desequilibrada, uma população em quase 2/3 atingida pelo flagelo da pobreza e um “stock” de capital humano e físico dos mais débeis de África;
- ? a elevação do poder de compra nacional deve passa a constituir uma preocupação permanente da sociedade: é o único meio de valorizar os salários e outros rendimentos, aumentar a produtividade, diversificar as exportações pela introdução de produtos de elevado valor acrescentado e combater de modo eficaz a pobreza;
- ? as forças armadas desempenharam a sua missão que era fazer a guerra. Num contexto de paz o seu papel é garanti-la, particularmente resguardando o país de ameaças externas à sua integridade territorial. Não partilho da ideia de que as forças armadas possam ter um outro papel mais incisivo numa economia de paz, até porque - e no caso concreto das forças armadas angolanas - se perderia (ou pelo menos se desvalorizaria) todo o acervo de competências militares, de tácticas e estratégias de guerra, de “know-how” adquiridas durante todos estes anos de conflito armada e que podem fazer de Angola uma potência militar em África. Não acredito que as forças armadas queiram perder estes acervos e esta oportunidade.

Luanda, 8 de Outubro de 2002

Alves da Rocha

⁹ Provavelmente sem disso se ter tido consciência o modelo económico centrado no petróleo e numa taxa de câmbio sobrevalorizada foi dos mais “liberais” que Angola adoptou ao longo dos anos: as exportações de petróleo, devido à própria lógica de funcionamento do respectivo mercado internacional, sempre estiveram liberalizadas e as importações foram o caminho mais utilizado, porque a taxa de câmbio as tornava incomparavelmente mais baratas do que a produção nacional.